

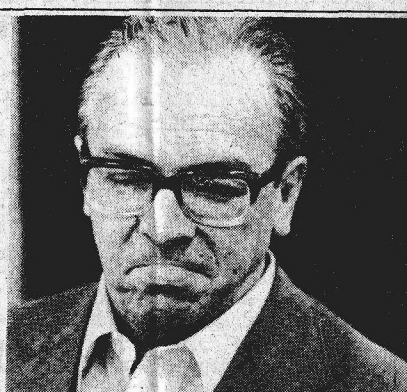
Mais contenção, depois das eleições.



Delfim Neto



César Cals



Camilo Pena

Mais contenção à economia como um todo, acompanhada de um aumento dos incentivos às exportações. Isto é o que se pode esperar da política econômica, depois das eleições de 15 de novembro, segundo prevê a Carta do Ibre, ao fazer um balanço pouco elogioso da orientação seguida pelo ministro Delfim Neto este ano: o governo permitiu que os preços voltassem a disparar, em troca de uma recuperação dos negócios que, além de fraca, certamente será de curta duração.

Segundo a Carta do Ibre, editorial da revista *Conjuntura Econômica*, escrito de acordo com a média de opiniões dos principais economistas da Fundação Getúlio Vargas, do Rio, "percebendo que o atraso cambial ficava cada vez maior, e sentindo a reversão do saldo de poupança para o consumo, especialmente de bens duráveis, o governo decidiu aumentar a correção monetária referente a setembro para 7%. Com essa medida, as autoridades de certo modo atenuam a velocidade da recuperação econômica: encarece-se a manutenção de estoques, eleva-se o patamar de juros".

Em compensação, "abre-se mais uma oportunidade para o governo compensar o déficit público com a colocação de maior quantidade de títulos da dívida pública".

Ou seja, a política deverá permanecer mais ou menos a mesma, pois as despesas estatais (com grandes obras, subsídios e incentivos fiscais) já são um dos principais focos inflacionários. Como nota o Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), "os gastos globais do poder público continuam pressionando a válvula das emissões. Para não deixar romper o controle monetário, as autoridades fazem colocações de títulos da dívida pública (Cr\$ 221 bilhões líquidos no primeiro semestre de 1982) e buscam elevar o nível de depósitos a prazo no Banco do Brasil (mais Cr\$ 48,3 bilhões). A competição de recursos financeiros exige então que o próprio governo se torne um fator de elevação da taxa de juros, pela maior remuneração que tende a oferecer aos poupadores em geral".

Limite ao aperto

"Como a alta dos juros reais contagia o ambiente econômico com desânimo em relação à produção, as autoridades percebem que existe também um limite político para o aperto monetário. Daí, a tendência a folgar aqui e ali, como ocorreu ao longo da segunda metade de 1981, quando o governo se mostrou preocupado com o crescente desemprego da força de trabalho. Já no segundo semestre de 1981, a taxa de juros real era considerada excessivamente alta; pedia-se que o Banco Central relaxasse a pressão para permitir a reativação econômica. O Banco continuou, não obstante, exercen-

Esta é a previsão da Carta do Ibre, que não faz um balanço muito favorável dos resultados da política econômica este ano: o governo deixou os preços dispararem, em troca de uma tímida recuperação econômica. Um dos indícios de que a reativação dos negócios é de curta duração são as grandes dificuldades que o País está encontrando para exportar, um problema agravado pela supervalorização do cruzeiro. A Fundação Getúlio Vargas sugere uma completa revisão das projeções sobre a balança comercial este ano, cujo superávit no primeiro semestre alcançou apenas 260 milhões de dólares.

do a sua tarefa de compensação, embora com mais dificuldade até abril de 1982. A partir daí, as autoridades passaram, inclusive, a injetar, liquidamente recursos financeiros no circuito econômico."

Os rumos incertos da política monetária provocam "uma fuga de ativos não-remunerados (depósitos à vista) para ativos remunerados (poupança, CDBs). Em outros termos, aumenta a velocidade de circulação do dinheiro. Por isso mesmo, a variação dos meios de pagamento em 12 meses não precisa ultrapassar a taxa de inflação para que esta última volte a se acelerar. Basta, por exemplo, que durante um período menor, até um trimestre, a emissão de moeda se acelere".

A produção industrial

Mas houve outros fatores que contribuíram para a disparada dos preços. No final de 1981, "o uso da capacidade industrial achava-se reduzido a 74%, o nível mais baixo desde o início da sondagem industrial do Ibre em 1968. O índice de desemprego em 1981, 7,2% de média anual em São Paulo, fora quase dois pontos percentuais acima da média de 1980 (5,6%). Vislumbra-se, então, a oportunidade de alguma recuperação da produção interna, levando em conta, sobretudo, a boa performance da balança comercial (1,2 bilhão de dólares de superávit), contando-se com a modesta mas significativa recuperação das reservas internacionais".

A reação ocorreu na virada do ano. "Os reajustes de preços praticados pelo setor privado excederam as previsões, porque os empresários possivelmente desejavam recuperar logo as suas margens de lucro."

"O governo não ficou atrás. Introduziu diversos elementos novos de custos, no afã de recompor as suas próprias finanças. Os serviços públicos, em particular os de ener-

gia elétrica, sofreram ajustes supra-inflacionários.

Alguns produtos, como cigarros, principal base de incidência do IPI, tiveram sua taxa majorada. A contribuição à Previdência Social também foi fortemente onerada, resultando inclusive num ganho real de 27% na arrecadação de janeiro a junho de 82 sobre igual período em 1981. Esse processo culminou com a adoção em junho do Finsocial.

Reativação é precária

Depois de analisar o comportamento da indústria este ano, a FGV adverte que não "deve ser motivo de exaltação antecipada a gradual elevação dos índices do produto. Isto porque a recuperação de 1982 ocorre na contramão do setor externo, que não consegue apresentar o mesmo resultado do ano anterior. O nível do produto interno é afetado pela queda do comércio exterior. De um lado, as importações não podem elevar-se sem gerar déficit comercial, ficando assim estranguladas por controles quantitativos. Existe aí um elemento de custo, via maior escassez de matérias-primas importadas, que prejudica a formação de um preço competitivo no Exterior. De outro lado, a queda nas exportações afeta também os retornos de escala na produção pois, diminuindo a quantidade produzida, geralmente se elevam os custos unitários".

Para a FGV, tanto o protecionismo como as consequências da guerra das Malvinas e a crescente disputa dos países ricos, oferecendo mercadorias em nações que compravam do Brasil, estão prejudicando muito as contas externas. Trata-se de fatos que justificariam uma total revisão das previsões sobre os resultados da balança comercial este ano.

Conseguimos acumular apenas 260 milhões de dólares de saldo positivo nos primeiros seis meses de 1982. No segundo semestre do ano passado, conseguimos fazer um superávit de 1.500 milhões de dólares. Ainda que repetíssemos esse resultado, não chegaríamos aos 2 bilhões de dólares pretendidos. Mas soma-se aos fatos já apontados uma fortíssima queda no preço das matérias-primas, que nos tem afetado muito negativamente do lado das exportações.

Diante desse quadro, o Brasil, todavia, não acompanhou a maioria dos parceiros comerciais, que realizaram desvalorizações de suas moedas em relação ao dólar. A taxa de câmbio no primeiro semestre acumulou 35,5% de variação, enquanto o IGP-DI (índice geral de preços, no conceito de disponibilidade interna) evoluía 47%. Houve um nítido atraso, ao qual se veio somar a retirada de parte (2,5%) do subsídio fiscal aos exportadores.